



AULA 07B:

As reformas institucionais no fim do século XX:

As aberturas

baseado em Gremaud - Economia Brasileira Contemporânea 2022

Brasil: tradição protecionista

- Substituição de importações

- baseado em mecanismos tarifários e não tarifários de proteção à indústria produtora interna
 - GV e Dutra – licenciamento de importações (Guias/Licenças para importar);
 - GV – câmbio múltiplo (taxas diferenciadas);
 - JK – reforma tarifária (cortina tarifária).

- Entre 1957 e 1988, a estrutura tarifária no Brasil caracterizou-se

- estabilidade das alíquotas;
- pela vigência de médias elevadas, mas dispersão também elevadas;
- proliferação de regimes especiais de importações ;
- Existência de importantes barreiras não-tarifárias;.

- Décadas de 70 e 80 – amplia-se a proteção em função das crises (gerar superávits)

ABERTURA: COMERCIAL



Porto de Santos em 1882 (Tela de Benedito Calixto)

Abertura Comercial

- Início Governo Sarney: abole regimes especiais de importação, início redução de tarifas.
- Collor: extingue várias barreiras não-tarifárias, aprofunda e acelera redução da tarifa média (linear e sem se preocupar).
- FHC: diminui ritmo e submete a considerações de Política Econômica

Evolução da liberalização comercial no Brasil: Tarifas 1988 – 2006* (%)									
	1988	1989	1990	02/91	01/92	07/93	12/94	12/95	06/Tec
Tarifa média	51.3	37.4	32.2	25.3	21.2	13.2	11.2	13.9	11.9
Tarifa modal	30.0	20.0	20.0	20.0	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd
Desv. Padrão	Nd	Nd	19.2	17.4	14.2	6.7	5.9	9.5	4.6

Brasil: tradição protecionista

- MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Diretrizes gerais para a política industrial e comércio exterior. Brasília (1990):
 - http://www.infoconsult.com.br/legislacao/portaria_mefp/1990/p_mefp_365_1990.htm
 - 1. Introdução
 -
 - O Governo Collor iniciou sua gestão com a implementação de um programa radical de estabilização, tendo em vista interromper o processo hiperinflacionário e criar condições de estabilidade para a retomada do crescimento.
 -
 - A fase inicial de ajustamento não deve ser vista como sendo um fim em si mesma, mas um meio para a execução de uma política voltada para atingir um novo padrão de desenvolvimento, redefinir o papel do Estado, atenuar as disparidades econômicas, sociais e regionais, valorizar o trabalho e preservar o meio ambiente.
 -
 - A implementação de uma **Política Industrial e de Comércio Exterior** (PICE) - componente central da retomada do desenvolvimento em novas bases - é, por consequência, elemento indispensável para consolidar e dar sentido de continuidade ao processo de estabilização em curso.

TARIFA ADUANEIRA

ALÍQUOTAS MODAIS

Discriminação	1990	1991	1992	1993	1994
Prep. à base de cereais e farináceos	51,47	49,71	37,35	21,67	21,37
Produtos Químicos Inorgânicos	13,29	7,56	7,04	5,09	4,52
Produtos Químicos Orgânicos	20,56	14,48	13,96	13,05	12,19
Caldeiras, máquinas e inst. mecânicos	36,30	28,70	24,54	20,16	19,33
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	38,53	31,55	26,88	22,14	19,02
Veículos, automóveis, tratores etc.	62,34	47,78	40,68	32,22	27,27
Instrum. e aparelhos ótica e fotografia	29,97	25,63	21,24	19,34	17,77
Brinq., jogos, art. diversões e esportes	88,69	71,63	51,56	40,75	26,63

Abertura Comercial: defesas e críticas

- Aumenta bem estar dos consumidores pois estes passam a ter acesso a uma infinidade de produtos antes inacessíveis;
- Força readequação dos setores produtivos nacionais: choque de competitividade;
- Diversidade de produtos;
- Fluxo de ideias e técnicas;
- Economias de Escala e Exploração de Vantagens;
- importante para sucesso da Estabilização;

Abertura Comercial: defesas e críticas

- Ação em Pinça:
- Perna 1: Incentivo na competição (perna mais forte)
- Perna 2: Incentivo na competitividade

Abertura Comercial: defesas e críticas

© JORNAL DO BRASIL 5 A 1990

Rio de Janeiro - - Quarta-feira, 2 de maio de 1990

Ano C — Nº 24

Preço para o Rio: Cr\$ 30,00

Brasília — Jamli Blitar



Os ministros Rogério Magri e Zélia Cardoso de Mello e o secretário de Economia, Antônio Kandir, deram entrevista depois do almoço de trabalho no Palácio do Planalto

Collor vai à luta contra montadoras

O presidente Fernando Collor de Mello pediu ontem à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que apresse as providências para a reformulação do setor automobilístico no Brasil. Collor deseja atrair novas indústrias ao país e, mais importante, abrir o mercado para a importação de carros estrangeiros. Equivalente a uma declaração de guerra a um setor que Collor tinha em sua alça de mira desde antes da posse, a decisão do presidente foi precipitada pelas notícias de que, depois de toda a grita das montadoras e da decisão de paralisar a produção, logo em seguida à edição do plano econômico, estava-se agora cobrando ágio dos interessados em comprar um automóvel.

A intenção de Collor foi definida

durante um almoço de trabalho que manteve com três de seus ministros — os da Economia, Trabalho e Justiça — e a equipe econômica. Durante o almoço, coube ao ministro do Trabalho, Rogério Magri, introduzir o assunto, ao referir-se aos problemas que vinha detectando na área da indústria automobilística. Numa entrevista concedida à imprensa em seguida, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, dispôs-se a encontrar em menos de um mês as soluções cobradas pelo presidente. Na mesma entrevista, Zélia afirmou que, até sexta-feira, anunciará uma nova reforma — a do sistema financeiro. O objetivo é fazer os bancos retornarem às suas funções originais de financiar a produção. (Páginas 4 e 5)

Abertura Comercial: defesas e críticas



Abertura Comercial: defesas e críticas



Abertura Comercial: defesas e críticas

- **Críticas**: abertura comercial muito rápida e associada com abertura financeira e valorização cambial
 - Receio de custos sociais excessivos (maiores que os ganhos):
 - Fechamento de empresas, desemprego, informalização
 - Deterioração da balança comercial e do BP.

Abertura comercial - FHC

- Em 1995, com o Plano Real já em vigor a condução da política de importações passou a se subordinar aos objetivos da **estabilização de preços e proteção** (mesmo que moderada) dos setores mais afetados pela recente abertura.
- Esses dois interesses passam a exercer **pressões antagônicas**, já que o primeiro demanda maior abertura da economia para as importações, enquanto o segundo baseia-se no oposto.
 - tendência de queda da tarifa média de importação até 1995
 - a partir de meados de meados de 1995, no entanto, observou-se pequeno viés de alta nas alíquotas de importação
 - tentativa de conter o aumento do déficit em conta corrente

Abertura Comercial mais um aspecto: a Integração Regional

- A evolução em direção ao Mercosul
 - 1960: ALALC
 - 1980: ALADI
 - 1988: acordo Brasil e Argentina de eliminação de barreiras
 - 1990: Ata de Buenos Aires
 - 1991: Tratado de Assunção – **Mercosul**
 - 1994: Protocolo de Ouro Preto e adoção da TEC

Graus de Integração Econômica: Bela Balassa

- Zona de livre comércio;
- União aduaneira;
- Mercado Comum;
- União econômica;
- Integração Econômica Completa.

ABERTURA: FINANCEIRA



As opções cambiais

**Formação dos
preços -
taxa de
cambio**

Abertura Financeira

	Câmbio Administrado (Fixo)	Câmbio Livre (Flutuante)
Conversibilidade Restrita	(1,1)	(1,2)
Conversibilidade Livre	(2,1)	(2,2)

Livros
de
Macro

**Existência ou não de controle sobre fluxos de recursos
externos – possibilidade de trocar livremente, em
qualquer situação, recursos externos por internos**

Tipos de Controles de fluxos (restrições/acessibilidade)

Controle sobre qual fluxo?

- **Entrada ou saída**
 - **Fluxos da Conta financeira**
 - Portfólio;
 - IED;
 - Curto x longo prazo.
 - **Fluxos das Conta de Transações correntes**
 - Remessas de lucros e pagamento de juros;
 - Importações.

Qual a forma do controle?

- **Diretos – controles administrativos**
 - **Controle de volume**
 - Limites quantitativos (proibição);
 - Procedimentos de aprovação
- **Indiretos – controles baseados no mercado**
 - **Aumento do custo**
 - Taxas múltiplas de câmbio;
 - Taxação – impostos (saídas e entradas);
 - Depósitos compulsórios, “quarentenas”
- **Prudenciais**

Abertura Financeira

- **Anos 80**: controles fortes – muito em função da crise de BP
 - Controles de saída, não acesso ao dólar (mercado paralelo)
 - mas tb limitações de entrada
- **Abertura financeira início**: fim década 80, acelera nos anos 90
 - liberalização cambial – ampliação da conversibilidade da moeda nacional
 - fim do mercado paralelo
 - Flexibilização do ingresso/saída de recursos externos na economia brasileira
- **Mecanismos**
 - “Unificação” mercado cambial e ampliação dos limites de aquisição de divisas e permissão para manter divisas e ativos denominados em moeda externa
 - Possibilidade de efetuar *transferências* e *investimentos no exterior*.
- **Resolução 1832** (1991) que regula Anexo IV da Resolução 1289 (87):
permissão para investidores estrangeiros acessarem mercado de ações e de renda fixa brasileiros

Abertura (financeira) Balanço

▪ Positivos

- ✓ integração dos mercados: melhora alocação de recursos
- ✓ diminui spread - custo da intermediação



▪ Negativos

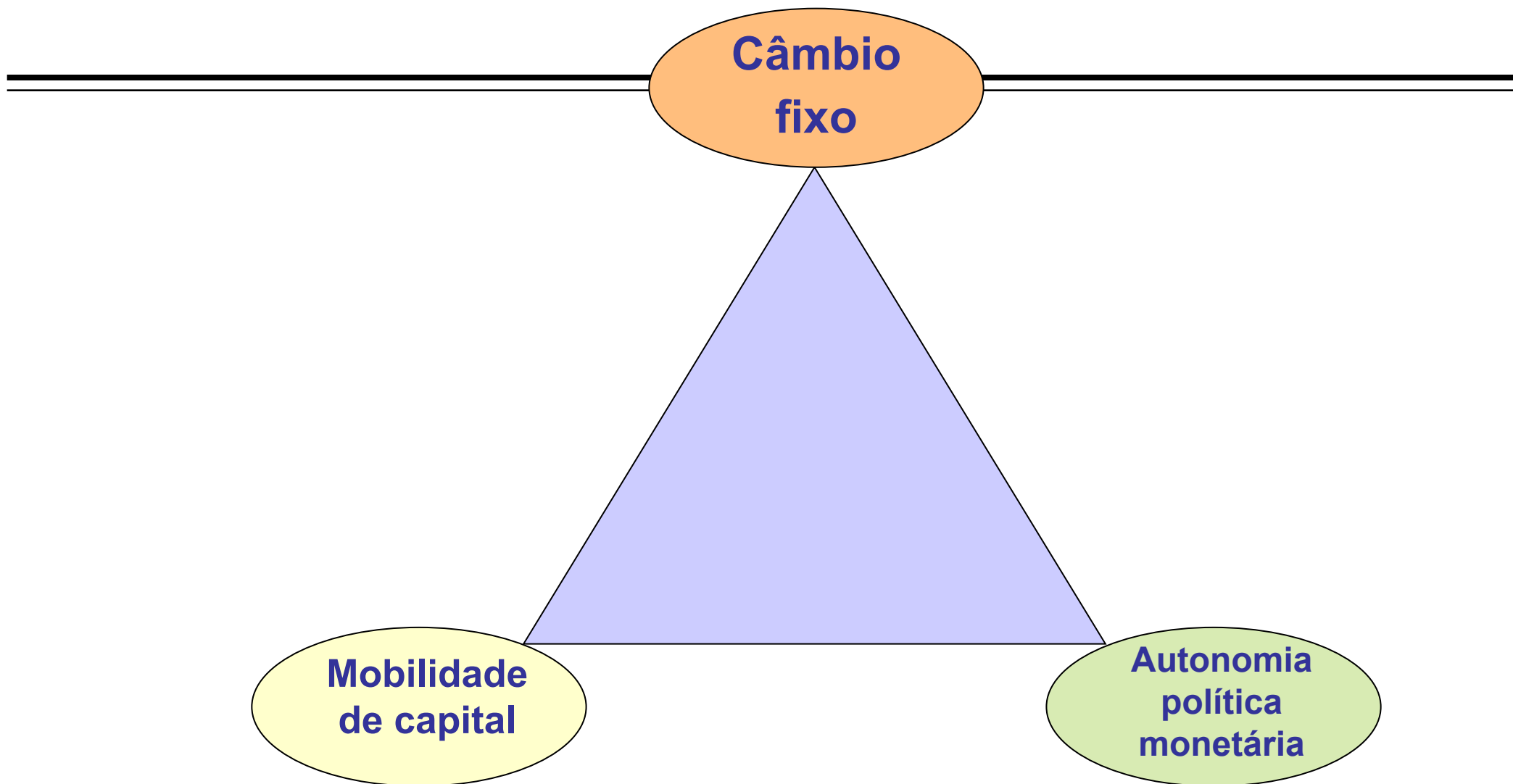
- Instabilidade cresce;
- Aumento risco;
- Vulnerabilidade à crises:
 - crise sistêmica e efeito dominó;
- Dificuldade de ação das Autoridades nacionais: refém dos mercados.

Defesa da abertura

- a liberdade de movimentação permite aumentar a eficiência com que opera a economia,
 - o que seria particularmente benéfico a países em desenvolvimento, já que os capitais deveriam fluir dos países mais ricos, onde sua produtividade seria menor, para os mais pobres, onde sua *escassez permitiria obter altos retornos*.
 - a remoção de barreiras à circulação de capital deveria levar a um aumento da poupança disponível para investimento nesses países, acelerando seu crescimento
 - mesmo que se trate de capitais de curto prazo, que circulam pelo mundo em busca de oportunidades de arbitragem de taxas de juros.

A racionalidade atual para os controles de capital: os grandes medos

- Medo do “hot money”
 - Entrada de recursos pode ser fugaz , vantagens (ou esterilização dos problemas) da entrada inicial não compensam problemas de saída
- Medo de um afluxo excessivo
 - Nem tudo é hot money, mas às vezes o volume dos fluxos é considerado excessivo.
 - Um grande volume de entrada de capitais, sobretudo quando é indiscriminado na busca de rendimentos mais elevados, traz problemas para o sistema financeiro.
 - podem ser combustível para bolhas de preços de ativos
 - Podem incentivar a uma exposição excessiva a risco (ou à sua subestimação)
- Medo de valorização cambial
 - Problemas de competitividade dos produtos industrializados;
- Medo da perda da soberania na condução da política econômica (perda de autonomia na política Monetária)
 - Trindade impossível: estabilidade câmbio, liberdade de fluxos e autonomia na política monetária

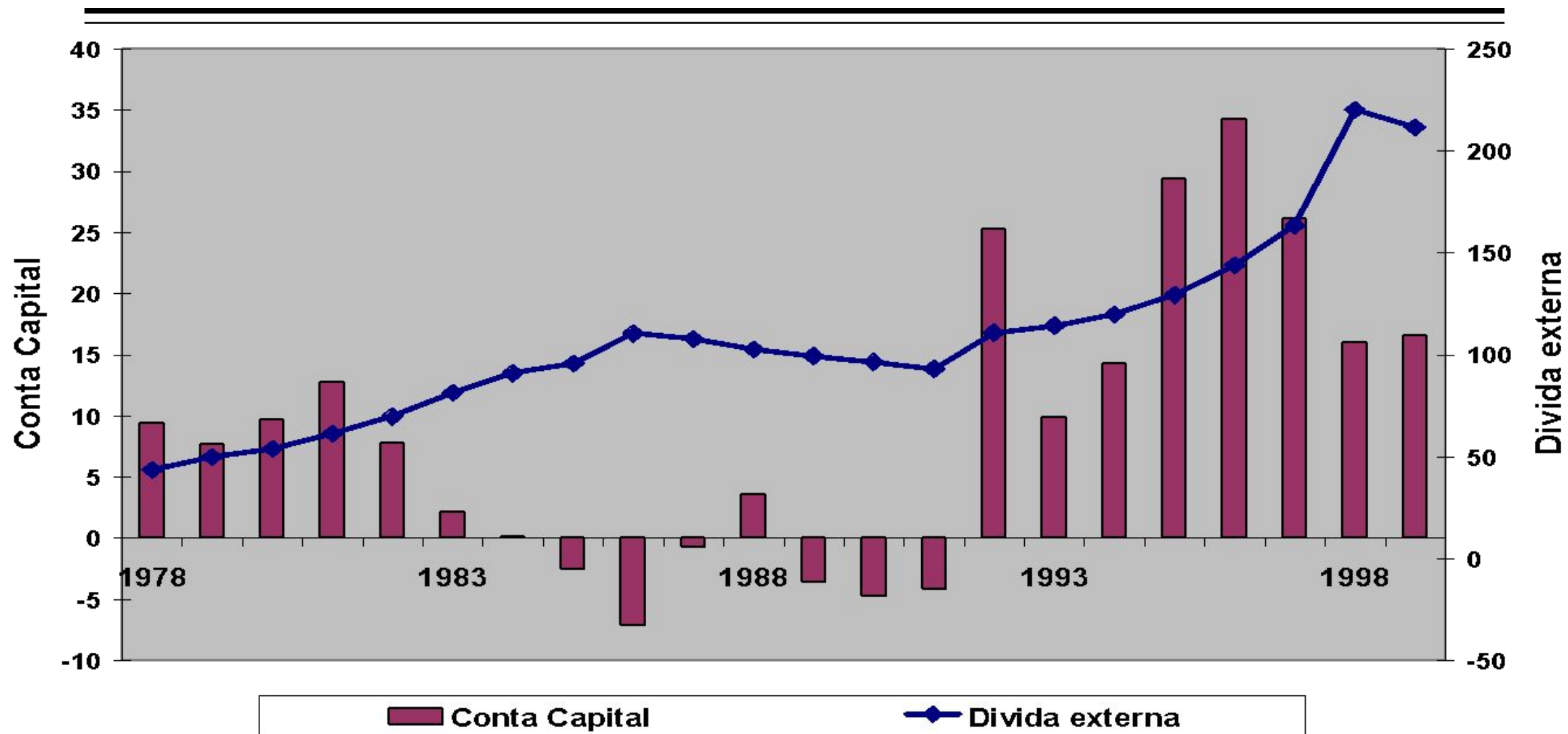


Marcílio Marques Moreira (maio 91 – abril 1992)

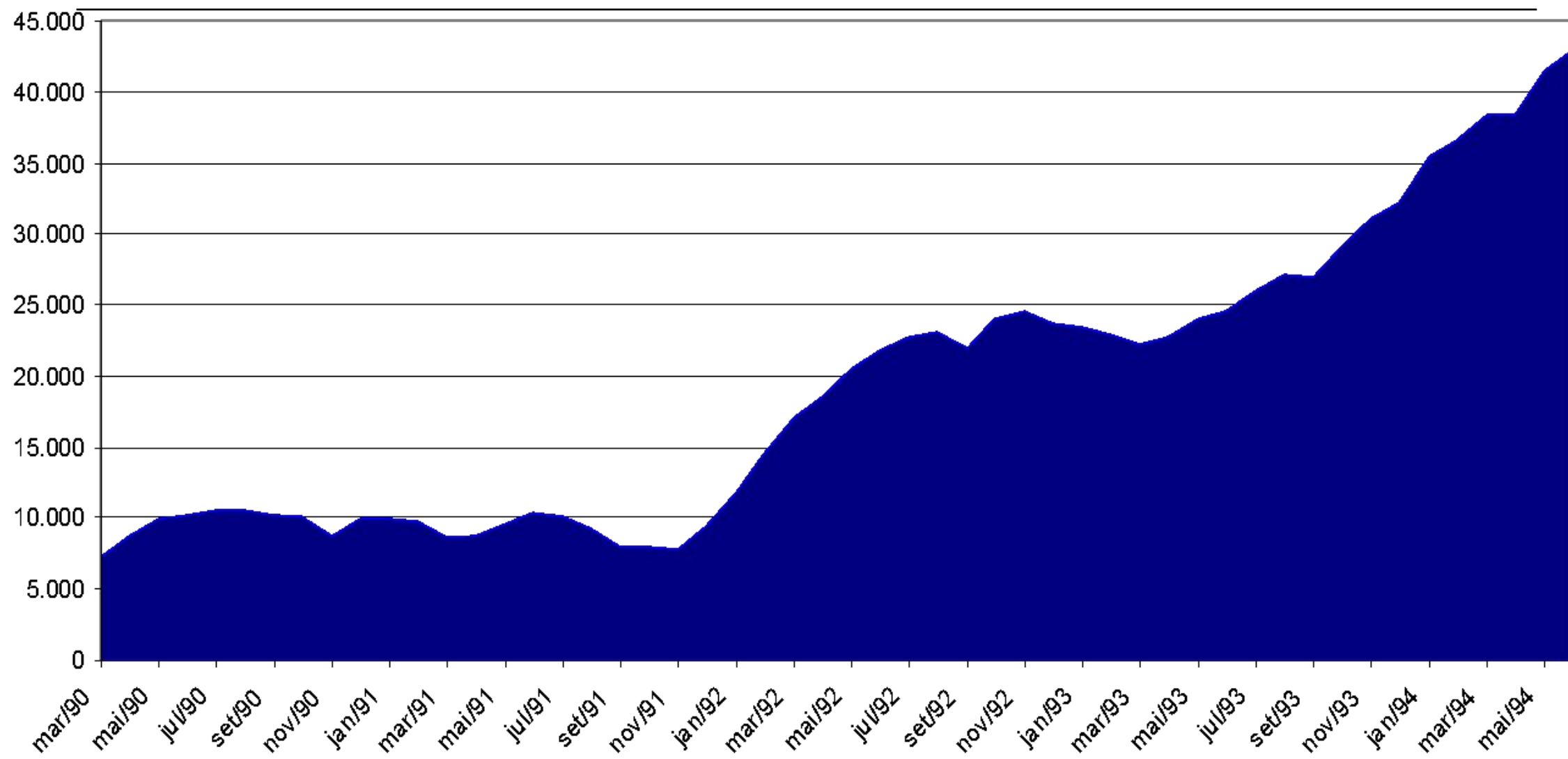
- Renegociação da dívida externa
 - Plano Brady
- Abertura financeira
 - Possibilidade de financiamento externo
- Política Monetária austera e câmbio “fixo”
 - Juros elevados (estabilizar o câmbio).
- Reversão do Balanço de Pagamentos
 - Existência de reservas (começam a fluir para o Br)
 - Possibilidade de financiamento externo.



Conta Capital e Dívida externa Brasil (1978 - 1999)



RESERVAS INTERNACIONAIS BRASILEIRAS - CONCEITO LIQUIDEZ: 1990-1994



Fonte: Banco Central